ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 08/2020 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

Aos 11 dias do mês de agosto de 2020, em primeira convocação, a reunião remota da Plenária Ordinária do CAU/RJ de n. 08/2020, teve início às 16h15, sob a coordenação do Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar, com a presença dos Conselheiros Titulares: Almir Fernandes, Davide Siffert Dulcetti, Edivaldo Souza Cabral, Fernando Mendes, Gustavo Manhães, Jerônimo de Moraes Neto, Leila Marques da Silva, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maira Mattos Rocha, Maria Isabel de V. P. Tostes, Maria Lúcia Borges de Faria, Mariana Bicalho, Manoel Vieira Gomes Junior, Nadir Moreira da Silva , Pablo César Benetti, Paulo Sergio Niemeyer, Regina Cohen, Rogério Cardeman, Sandra Sayão, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva e Sydnei Menezes; Conselheiros Suplentes: Alder Catunda, Cárin Regina D´Ornellas.Vinicius Chiesse,Artur José Macedo, Conselheiros que justificaram ausência:Daniel Mendes de Sousa(licenciado), Regina Cohen. O Presidente iniciou a reunião com o Item 1 – Verificação do Quórum, anunciando o número mínimo de 13 (treze) Conselheiros presentes para começar a sessão e execução do Hino Nacional Brasileiro – dispensada a execução do Hino Nacional. **–** Item 2 – Aprovação das Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias de abril e de julho de 2020, realizadas em 14 de abril e 14 de julho de 2020. Não houve pedidos de retificação à ata de abril, que foi enviada pela SGM. Colocada em votação a ata de abril foi aprovada com 11 votos favoráveis e 06 abstenções. Foi verificado que a ata de julho não foi enviada axs conselheirxs e o Presidente retirou de pauta essa aprovação. As atas foram enviadas na mesma hora pela secretaria da mesa a todxs xs conselheirxs.O Presidente, a propósito da comemoração do Dia dos Pais, parabenizou os pais e as mulheres que exercem a dupla função; em nome dxs conselheirxs quer se solidarizar com as 100mil mortes ocorridas em razão da covid 19. É oportuno lembrar, também, que neste dia dos pais muitas famílias estiveram de luto, por isso a manifestação de solidariedade. Comunicou que o CAUBR criou como o Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista o 31 de julho; criou uma comissão temporária de gênero e quer viabilizar a participação através da nossa comissão naquela do Rio de Janeiro. O Cons.Lucas Franco, juntamente com outros colegas, editou um livro de arquitetura e urbanismo voltado para crianças; é digital; gratuito; com apoio institucional do CAU/RJ e outras entidades; ele encaminhará o link para todxs conhecerem. No dia 14 de agosto, haverá uma reunião virtual da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais; havendo interesse, mandar para o gabinete o desejo de participar; Patricia Cordeiro encaminhará o link para inscrição; a frente parlamentar vai tratar do chamado “decretão” que o governo federal está preparando colocando todos os conselhos numa única regulamentação; interessante participar. Recebeu documento do Fórum de Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro que trata desse decreto. Há uma solicitação do CAU/RJ para reunião com o Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro para tratar do PL174; o CAU/RJ se manifestou contra a derrubada da floresta do Camboatá para construção do autódromo, que

traz polêmica porque há alternativas para aquela área; na semana passada, realizada live dos Conselhos Profissionais, foi demanda do fórum, para tratar do papel dos conselhos. Recebida uma denúncia de que a Nuclep estaria fazendo um TR para uma avaliação de um terreno que não fazia menção a possibilidade de participação dxs arquitetxs e urbanistas. Oficiamos a Nuclep que respondeu informando que iria refazer o TR incluindo xs profissionais de arquitetura e urbanismo, O Conselheiro Sydnei Menezes pediu a palavra para afirmar que se o CAU/RJ participa do Comité Rio Capital Mundial da arquitetura, embora o tenha se manifestado, o resultado prático foi nenhum, indagando, em seguida, será que se o CAU é parceiro da prefeitura do Rio no que diz respeito ao Rio Capital da Arquitetura não poderia ser mais incisivo em relação à prefeitura. O Presidente Jeferson Salazar esclareceu que não há parceria formal com a prefeitura do Rio; que não há acordo entre as partes com qualquer objetivo; que o comité foi criado por ela , por decreto, que incluiu o CAU/RJ juntamente com outras entidades; que na prática houve uma única reunião e com o problema da pandemia, o fato de participar de um comité com o objetivo de realizar o Rio Capital Mundial não nos inibe de fazer as críticas necessárias no que diz respeito a atos lesivos do poder público; nossa intenção é, inclusive, juntamente com outras entidades e o Ministério Público, ir para o Judiciário. Conselheiro Sydnei Menezes afirmou que acha desconfortável o CAU ser parceiro da prefeitura e o Presidente Jeferson Salazar reiterou que não se trata de parceria. Cons.Jeronimo pediu a palavra para contrariar as afirmações do Conselheiro Sydnei Menezes porque o Rio Capital Mundial foi esforço do IAB junto a Unesco, para celebrar a arquitetura carioca e não pode ser contaminado pela luta contra atos lesivos à regulamentação urbanística; isso não impede que não defendamos a arquitetura carioca, e ainda informa que isso deve ser prorrogado deste ano até julho de 2021; que embora a colega Vera Hazan tenha se esforçado, o prefeito do Rio não dá qualquer apoio; quem sabe o próximo prefeito possa dar esse apoio. Cons.Paulo concorda com o Conselheiro Sydnei Menezes porque como Conselho tem que estar mais ativo; que o CAU tinha que estar mais presente no UIA, ser mais ativo nesse processo. Conselheiro Sydnei Menezes afirmou que o CAU deveria sair dessa comissão, denunciando porque está saindo; porque o CAU discorda do autódromo e da PL 174, que isto é coisa de comadres, uma hora vai, outra não vai, que não é o que esperava ouvir do Presidente. O Presidente esclareceu, em primeiro lugar, que não há conversas de comadres, aqui temos conversas de conselheiras e conselheiros, que todxs merecem essa deferência; reafirmou que o CAU não é parceiro da prefeitura, que a prefeitura por decreto criou o comitê, incluindo várias entidades, inclusive o CAU; e que estar nesse comitè jamais impediu o CAU de fazer tudo o que estiver a seu alcance para barrar iniciativas lesivas à cidade; que não há comprometimento do Rio Capital da Arquitetura e o Congresso Mundial a ser realizado em 2021. Conselheiro Pablo reafirmou o que foi colocado, que em nenhum momento o CAU deixou de “comprar a briga”, seja do PL, seja da floresta de Camboatá; que não fomos silenciados por nenhuma participação no Comité; nossa posição foi muito altiva, firme e clara em defesa da cidade, da vida urbana, com articulações jurídicas, inclusive; o nosso silêncio não foi comprado; e dirigindo-se ao Conselheiro Paulo, esclareceu que não foi possível continuar no UIA porque o CAU sofreu uma denúncia que o impediu de continuar o convênio com o IAB, o que é uma pena; que deveria dirigir essa

pergunta aos conselheiros que denunciaram o CAU/RJ e qual a razão para atacar as entidades dessa maneira. Prosseguindo, o Presidente declarou encerrado o assunto mas informou que o Conselheiro Sydnei Menezes se disse citado pelo Cons. Pablo; que não ouviu essa citação. Concedeu um minuto para a manifestação do Conselheiro Sydnei Menezes que afirmou ter sido citado no final da fala do Cons.Pablo. Continuando afirmou que o Conselheiro Pablo Benetti é desinformado, porque não há denúncia anônima, o que há é o sigilo que o próprio TCU garante ao denunciante por conta de uma LEI que assim o determina; que há irregularidades no convênio que esta gestão nunca quis discutir. Como assunto extrapauta o Presidente prosseguiu informando a reunião do Conselhinho, com 25 Conselhos Profissionais do RJ, que ressurgiu mais forte; que a proposta é de que o CAU/RJ estar formalmente vinculado ao Conselhinho com repasse de recursos, em torno de 35 a 40 mil reais, aprovado com limite até 50 mil por ano, coloca a proposta em discussão. Conselheiro Sydnei Menezes afirma que para apoio a iniciativa precisa ter discussão mais profunda para saber desse custeio; Presidente esclareceu que o custeio é para uma pequena sede, com uma secretaria. Cons.Leila quer ser informada sobre quantos conselhos são, quais são, se o repasse será igual para todos, se é rateado entre todos, pede um projeto mais detalhado. Presidente esclareceu que a despesa é para dividir por todos, por ex. um registro em torno de 800 reais; fundadores, 17 ou 18 conselhos; ao CAU coube 100 reais para criar e registrar a ata, que ele próprio Jeferson pagou de seu bolso; Cons.Leila sugere uma comissão para elaborar um documento, com apresentação dos detalhes. Presidente sugeriu não colocar em votação para poder prestar mais informações. Cons.Davide, deseja mais detalhes sobre esse apoio e o que seria isso, o desdobramento desses custeios; que o CAU esclareceu sobre as funções dos conselhos, mas só houve a participação do Conselho de Nutrição; quer mais tempo para avaliar; gostou da participação do Conselheiro Fernando; quer esclarecer que não tem suplente e quer esclarecimento sobre não ter suplente e que deseja entrar na CEP. Cons.Jeronimo, acha importante lutar pelas profissões regulamentadas e por isso é oportuno reunir-se com outros conselhos, sugere que não haja uma sede mas o rodízio de coordenadoria, itinerante entre os conselhos, sem sede e sem funcionários. Cons.Rogério, acha interessante, mas o repasse financeiro é preocupante, quer fazer uma análise na CPFI, o que preocupa também é o limite “até 50mil”; propõe abertura do orçamento; Cons. Isabel esclareceu o Cons. Davide, que a atual presidente do fórum de Conselhos é a Manuela, do Conselho de Nutrição; haverá uma mensalidade e temos que saber qual é o valor. Cons.Paulo concorda com Rogério e acha necessário que tenha uma ata. Cons.Davide reafirma que gostaria que houvesse outros conselhos na live. Presidente esclareceu que a live foi divulgada para todxs os conselhos, e o CAU organizou e o Coordenador da CEP, Conselheiro Fernando Mendes, falou por nós. 3. Apresentação da pauta. Colocada em votação a pauta, o Cons.Davide se inscreveu para indagar se o processo PAC nº 3261/2019, distribuído, não seria relatado; Presidente indagou se havia alguma manifestação sobre a ordem do dia. Colocada em votação, o Conselheiro Sydnei Menezes declarou voto contrário porque encaminhou em tempo hábil alguns pontos que não foram incluídos na pauta, como o caso Vert ,que não discutir é ruim; a nova denúncia do TCU apresentada; sobre a aberração do número de conselheiros. O Presidente esclareceu que esses pontos não foram incluidos na pauta porque já estão superados; que a Vert é contratada do CAUBR e que o fórum de presidentes

apurou a situação, embora não tendo competência para apurar; quanto a denúncia referida o assessor jurídico esclareceu que o MP pediu documentos sobre o IAB e que se pediu dilação de prazo em razão de trabalho remoto, pedido que foi acatado; que sobre a questão do número de conselheiros, já tinha havido manifestação do fórum de presidentes; que houve um erro no filtro utilizado, que foi refeito e retificado; que todas questões estão superadas.4. Ordem do dia. Colocada em votação a ordem do dia, foi aprovada com 16 votos favoráveis; 01 voto contrário e 03 abstenções. 4.1. Aprovação da prorrogação do trabalho remoto até 08 de setembro. Em discussão, Conselheira Leila perguntou se os arquitetos podem ter suas carteiras. Presidente esclareceu que há planejamento para que ocorram algumas atividades presenciais. Questão de ordem, o Presidente Jeferson precisou se retirar da reunião, assumindo a mesa a Vice-Presidente Maria Isabel que colocou em votação a proposta de prorrogação do trabalho remoto. Não havendo manifestações contrárias, a prorrogação foi aprovada por aclamação.4.2. Aprovação da Reprogramação orçamentária. Utilização de superávit financeiro. O Cons.Manoel colocou uma questão de ordem; que desejava ler a sua manifestação escrita para anexá-la à Deliberação da CPFI. O gerente financeiro fez a sua exposição sobre a reprogramação, sendo certo que os conselheiroxs receberam todas as planilhas a ela referentes. Após a explanação, o Presidente, que retornou à reunião, passou ao gerente-geral Ricardo Gouvea, que apresentou um quadro mais simplificado; que desde abril esse processo está sendo discutido, o contingenciamento; que o que está sendo apresentado é um processo em construção, desde abril. A Conselheira Isabel informou que tem sido surpreendente a arrecadação, que há muitas obras voltando; que as previsões não estão ocorrendo, por ora, o seu lado positivo. Abriram-se as inscrições para a s manifestações. Cons. Rogério, participou da reunião da CPFI; que é necessário esclarecer que a reprogramação foi aprovada com 3 votos favoráveis e 3 votos contrários, com o voto da coordenadora Maria Isabel de desempate; que declarou-se contrário porque acha que até é reduzir 24% ; Cons. Manoel insistiu na leitura de seu voto informando que havia mandado email para todxs; foi esclarecido que ninguém recebeu o seu email com o referido voto. Conselheiro Sydnei Menezes pediu a palavra para dizer que a informação do presidente não é verdadeira, sobre a empresa contratada pelo CAUBR; que a despesa do CSC, que é manutenção do SICCAU, por isso ele CAU/RJ tem obrigação de interferir.; quanto a apresentação da reprogramação, vê dois problemas, formal e conteúdo; que utilizar o superávit para custeio é ilegal; que a despeito do CAU/BR, o TCU diz que tem respaldo legal?; todos os conselheiros e os itens que estão em azul poderão ser questionados; chegar ao ponto de usar o superávit é a prova de que usou muito mal os recursos; Cons.Davide pediu esclarecimento sobre a planilha, que os itens que estão em azul, seriam apoio a ações culturais, e se não foi tocado, por que não; a surpresa na previsão, não há surpresa; Cons.Maira manifestou dizendo que estava presente na CPFI e que foi a favor da reprogramação porque o gerente Flavio desenhou os cenários possíveis, fazendo esforço importante de fazer cenários ruins e a partir dessa análise, tanto o CD como a CPFI e as Comissões, fizeram avaliação de seus cortes; Cons.Pablo, desde que começou a pandemia, os cenários possíveis para o pior, toda a programação é feita em cima de alguns princípios; o que é uma denúncia vazia, ninguém previu a crise, deveria haver mais compreensão; muitas vezes os

momentos eleitorais contaminam a cabeça das pessoas mas fizemos com critérios, todos os conselheiros acompanharam nas plenárias; que se aponte onde houve o erro. Os decretos federais em função da pandemia estão permitindo o uso a reserva de capital; qual seria o ajuste? Seria corte de salários? (Nota da S.G.M, 1-.- a pedido da Conselheira Leila Marques, segue a fala literal do Conselheiro Lucas Faulhaber para fins de comprovação solicitada na plenária, em itálico) *acho que me senti bem contemplado pelo que o Pablo tá colocando, e deixar claro assim, que plenária, a plenária esses cenários tem sido apresentados e compartilhados pros conselheiros, porem foram encaminhadas a todas as comissões, pelos coordenadores de comissão as sugestões pra reformulação dos orçamentos das comissões enfim, tem, tem, foram abertos os canais, pra que e se tem críticas é óbvio e tem, somos na plenária, somos 25 cabeças diferentes de campos diferentes dentro da sociedade, e dentro do campo da arquitetura, e obviamente cada um vai ter uma prioridade e acho que todas as opiniões são válidas então queria dizer que os canais foram abertos para isso, e nenhum, se quer apresentar, deveria cortar tal e tal, e tal gastos, deveria ter sido já tiveram as plenárias e plenárias pra apresentar isso. Boa parte dos custos do CAU hoje em dia são com despesas de pessoal e eu queria saber das pessoas que falam que devem cortar mais, se é com o corte de pessoal que elas estão propondo, queria saber se é isso se eles estão propondo demissão esse tipo de coisa, porque é o cenário que se está pintando em outros CAU pelo país. Queria saber se essa é a proposta desses conselheiros. E não adianta ficar com proposta vazia, a gente sabe que tem campanha e tudo mais mas acho que tem que ter uma certa consistência; quem está em campanha tem inclusive que estudar um pouco mais sobre o que é o sistema, é isso. Obrigado."*. (Nota da SGM-2. A pedido do Conselheiro Lucas Faulhaber, após email enviado pela Conselheira Leila Marques, segue a fala literal da Conselheira Leila Marques, em itálico) *espera que sua fala não seja confundida com campanha; eu repudio veementemente a fala do Cons.Lucas; acha que estamos todos trabalhando com ideias, não tem ninguém aqui em cima de palanque, sempre tivemos posições diferenciadas e acho que a hora do respeito é exatamente não falar esse tipo de coisa; está havendo também um engano porque, pelo que eu estou acompanhando, o que está acontecendo, do que está ouvindo os colegas falarem e foi o meu entendimento e do Rogerio e por isso nos posicionamos contra na CPFI, não é que é para cortar mais, acho que , pelo contrário, o cenário está se mostrando de uma forma positiva, estamos arrecadando mais do que imaginávamos que arrecadaríamos com a pandemia; o que estamos falando é exatamente o contrário, é que vocês é que não estão prestando atenção ou estão com ouvido seletivo, no sentido de achar que é campanha, que é palanque, pelo amor de Deus; o que está se dizendo é que não precisa tirar dinheiro da reserva de capital,*

deixar aquele valor, porque esse valor não está sendo necessário e estamos abrindo exceção de usar um recurso que teoricamente o TCU não permite que seja usado, estamos questionando, sendo contra é da previsão de uso da reserva de capital porque todos os cenários estão apontando que não há necessidade, não gostamos de abrir porteiras para o gasto de uma coisa que está se mostrando que não há necessidade; enfim são questões por aí que estão sendo discutidas; eu não vi ninguém aqui dizendo que é para cortar enxugar alguma coisa. O Presidente acha ruim quando se coloca taxativamente que isso ou aquilo é proibido; que o momento é de exceção, e o próprio governo federal, e outros órgãos, se manifestaram sobre a necessidade de enfrentar as dificuldades orçamentárias; o CAU/BR estudou esses pareceres, o nosso jurídico também; portanto, quando o CAU fez a deliberação, não o fez de forma irresponsável; o CAUBR atendeu a uma necessidade emergencial. O gerente financeiro Flavio Vidigal prestou um esclarecimento ao Cons.Davide, afirmando que os valores estão destacados em azul porque são projetos especiais, não são obrigatórios, tiveram valores reduzidos; o azul é para destacar a diferença dos outros. Cons. Isabel pediu ao assessor jurídico Vitor para esclarecer sobre o uso de capital que informou ter elaborado um parecer em maio sobre a lei que define superávit; que há autorização específica da lei, para crédito suplementar; tínhamos que ter autorização legal que foi suprida pelo CAUBR; que recomenda a leitura da lei 4320/64. A Cons.Isabel retomou o pedido do Cons.Manoel sobre seu voto escrito, afirmando que ninguém o recebeu, pedindo então que ele o lesse. Foi dada a palavra para o Cons.Manoel para ler sua manifestação e depois fazer seus comentários. Após a leitura do voto (que será anexado à deliberação da CPFI), manifestou-se dizendo que este momento é de calamidade sanitária e não de exceção; que não existe programação de déficit, que o déficit é superveniente; que o planejamento de mais de um milhão de déficit é grave por total ineficiência; que é preciso cortar de forma contundente o que não é imprescindível.; que o CAU está na berlinda pelo TCU e pelos arquitetos que se nas contas de agora já se sabe que a meta não será alcançada, é buscar um corte significativo desse volume; que quando isso chegar aos ouvidos dos arquitetos; que nenhuma ação garante a valorização do exercício do arquitetura. A Cons. Isabel indagou se alguém mais desejava se manifestar e não havendo mais nenhuma colocação, a Conselheira Maira pediu um esclarecimento ao gerente financeiro, indagando o que acontece com os recursos quando não são usados; gerente respondeu que o que não é utilizado entra como superávit do ano. Conselheira Sandra manifestou-se dizendo que ouviu o comentário de todos e fala pelos arquitetos autônomos que estão em situação complicada, fechando seus escritórios. Entende que o CAU não teve ação para ajudar os profissionais, que não há movimento pela classe, nenhuma ajuda financeira para os arquitetos; pergunta qual a proposta do CAU para ajudar financeiramente o profissional que pediu falência; os arquitetos estão comentando da apatia do conselho por não ter nenhum projeto, nenhuma proposta. A Conselheira Isabel pediu que Flavio relatasse o que foi cortado porque inverdades foram ditas. Gerente Flavio, brevemente informou que houve redução do condomínio, que é algo em torno de 36mil, hoje pagamos 24; que a van que ainda vai chegar, precisa de motorista; benefícios foram cortados, por ex. vale transporte; esclareceu que

negociou-se linhas do Banco do Brasil e Caixa. Conselheira Isabel fez a leitura da deliberação n.3 de 2020 da CPFI, com 3 votos favoráveis à reprogramação das Conselheira Isabel. Maira e Nadir e 3 votos contrários, da Conselheira Leila e dos Conselheiros Rogério e Manoel, com voto de qualidade da coordenadora Maria Isabel Tostes. Colocada em votação a reprogramação orçamentária para 2020, deliberou-se pela aprovação com 9 votos favoráveis à reprogramação; 6 votos contrários e 2 abstenções. Colocada em votação a utilização do superávit financeiro até o valor de R$1.475.474,00, deliberou-se pela aprovação com 9 votos favoráveis, 7 votos contrários e uma abstenção. Antes de prosseguir, Presidente colocou em votação a prorrogação da plenária até 20h. Verificou-se que duas pessoas saíram e o resultado foi pela prorrogação, 8 votos favoráveis, 4 votos contrários e 2 abstenções.4.4. Proposta para o fórum de saúde urbana. Cons. Jerônimo apresentou a proposta do fórum de saúde urbana. A proposta é de de discussão mais ampliada sobre a questão da saúde urbana; na Fiocruz a escola de saúde pública tem estudos profundos sobre saúde urbana; idéia de formar um GT para criar o fórum de saúde urbana, colocando a importância dos arquitetos na saúde urbana; indica os servidores da Fiocruz Jorge Azevedo de Castro e Marcelo Guimaraes Araujo; indica também o Conselheiro Henrique Barandier, e quem mais quiser participar. Conselheira Isabel indagou se alguém desejava se manifestar e o Presidente informou que a participação é livre, de quem quiser. Colocada em votação a proposta, aprovada por aclamação. Cons. Leila perguntou se esse fórum elimina o nosso comitê. e se ofereceu ao trabalho pelo chat, inclusive. O presidente informou que não, que se trata de outra iniciativa, é para fora do CAU.e trata de todas as questões de saúde urbana. 4.3. Aprovação do Calendário de eventos para atender exigência da Comissão Eleitoral. O calendário foi colocado na tela e a chefe de gabinete Patricia Cordeiro esclareceu que foram incluídos alguns eventos apenas como o Forum de Entidades da CEP. Sem manifestações contrárias, aprovado por aclamação.4.5. Relatórios de recursos à plenária. 4.5.1. Relatora Mariana Bicalho, proc. CEP 2015-7-0392, ausente. 4.5.2. Relator Conselheiro Vicente de Paula- CPFI Protocolo 1021210/2019, ausente. 4.5.3. Relatora Conselheira Cárin D´Ornellas, Proc.n.2018-3- 0333. Após o relato, colocado em votação, o voto foi aprovado com 12 votos favoráveis; nenhum voto contrário e duas abstenções. 4.5.4. Relator Lucas Faulhaber- CPFI –PAC 333/2019. Após o relato, colocado em votação, o voto foi aprovado por 10 votos favoráveis; 02 votos contrários e nenhuma abstenção. A reunião foi encerrada por ser 20h. Eu, Marina Burges, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, **Jeferson Roselo M. Salazar. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020.**

Marina Burges Olmos
Secretária da Mesa

Jeferson Roselo M. Salazar
Presidente do CAU/RJ